A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE

DANIELE DIAS CORREIA

RESUMO
A inclusão escolar é um tema central nas discussões educacionais há décadas, com significativas políticas públicas sendo implementadas para garantir a educação de indivíduos com deficiência. No entanto, é crucial entender que a inclusão vai muito além da simples matrícula. Ela exige a criação de um ambiente escolar acessível, que ofereça todas as oportunidades para que o aluno com deficiência possa permanecer, se desenvolver e participar plenamente do processo educativo. Este estudo aprofunda a discussão sobre a educação inclusiva no Brasil, destacando a necessidade premente de profissionais qualificados para atuar de forma verdadeiramente inclusiva. O objetivo principal é proporcionar uma reflexão aprofundada sobre essa modalidade de ensino e, em particular, analisar o papel fundamental da formação de professores como um dos pilares para a efetivação da inclusão. Além disso, o trabalho aborda a relevância da Lei Brasileira da Inclusão (LBI) nesse contexto. A questão central que impulsionou esta pesquisa foi: O que é a educação inclusiva? Para responder a essa pergunta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, utilizando como fontes principais artigos científicos e monografias disponíveis em plataformas eletrônicas. Os resultados obtidos reiteram a compreensão de que o professor desempenha um papel insubstituível na formação do indivíduo. Consequentemente, para que a educação inclusiva seja uma realidade e não apenas um conceito, é imprescindível que os alunos com deficiência sejam acompanhados por professores qualificados, capacitados e munidos de ferramentas pedagógicas que possibilitem uma prática educacional verdadeiramente inclusiva e transformadora. A formação continuada dos educadores emerge, portanto, como um dos caminhos mais eficazes para romper barreiras e construir uma escola para todos.

PALAVRAS CHAVES: Educação. Inclusão. Políticas públicas.

ABSTRACT
School inclusion has been a central topic in educational discussions for decades, with significant public policies being implemented to ensure the education of individuals with disabilities. However, it is crucial to understand that inclusion goes far beyond simple enrollment. It requires the creation of an accessible school environment that offers all the opportunities for students with disabilities to remain, develop and fully participate in the educational process. This study deepens the discussion on inclusive education in Brazil, highlighting the urgent need for qualified professionals to act in a truly inclusive manner. The main objective is to provide an in-depth reflection on this teaching modality and, in particular, to analyze the fundamental role of teacher training as one of the pillars for the implementation of inclusion. In addition, the work addresses the relevance of the Brazilian Inclusion Law (LBI) in this context. The central question that drove this research was: What is inclusive education? To answer this question, a comprehensive bibliographical research was carried out, using scientific articles and monographs available on electronic platforms as the main sources. The results obtained reiterate the understanding that the teacher plays an irreplaceable role in the formation of the individual. Consequently, for inclusive education to become a reality and not just a concept, it is essential that students with disabilities are supported by qualified and trained teachers equipped with pedagogical tools that enable truly inclusive and transformative educational practices. The ongoing training of educators therefore emerges as one of the most effective ways to break down barriers and build a school for everyone.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Public policy.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva de qualidade é um di-

reito de todos, mas nem sempre foi assim no Brasil. Esse direito começou a se consolidar a partir da Conferência Mundial da Educação Especial, em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca. No entanto, foi apenas nos anos 2000 que a política de "Educação Inclusiva" foi oficialmente implementada no país.

Ao longo do tempo, a Educação Especial no Brasil foi se transformando, acompanhando as mudanças históricas, ideológicas e políticas relacionadas ao atendimento das pessoas com deficiência. Os primeiros passos da educação especial ocorreram no século XIX, com a criação de grupos assistenciais para atender pessoas com cegueira e surdez. Porém, as políticas públicas ainda não eram capazes de atender a toda a demanda.

Com o passar dos anos, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em espaços sociais e nas salas de aula regulares passou a ser vista como um importante avanço na democratização das oportunidades educacionais. A escola regular se tornou o local fundamental onde a integração de crianças com necessidades especiais poderia ocorrer de maneira eficaz.

A educação, em sua essência, constitui-se como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social. No contexto contemporâneo, a discussão sobre a inclusão tem ganhado proeminência, impulsionando a busca por sistemas educacionais que contemplem a diversidade inerente à população estudantil.

Nesse cenário, a Educação Inclusiva emerge como um paradigma essencial, defendendo o direito de todos os indivíduos à participação plena e equitativa no processo educacional, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Contudo, a transição de um modelo educacional segregador para um inclusivo não se opera sem complexidades. As escolas brasileiras, embora imbuídas do compromisso legal e ético com a inclusão, defrontam-se diariamente com uma gama de desafios que permeiam desde a infraestrutura física até as práticas pedagógicas e as atitudes sociais.

Os objetivos que nortearam o este estudo foram: refletir sobre a Educação Inclusiva, analisando o papel fundamental da formação de professores como um dos pilares para a efetivação da inclusão e, apontar a relevância da Lei Brasileira da Inclusão (LBI) para um ensino mais inclusivo, cumprindo assim o que preconiza a legislação educacional brasileira.

O desenvolvimento desse estudo se mostra importante pelo fato de tratar um assunto que está em constante discussão, proporcionando assim amplos conhecimentos a respeito do mesmo e da necessidade de buscar melhorias para uma educação brasileira amis inclusiva. Logo, a justificativa para esta pesquisa reside na premente necessidade de se solidificar o direito à educação para todos, em conformidade com as diretrizes nacionais e internacionais. Apesar dos avanços legislativos e das discussões acadêmicas, a efetivação da educação inclusiva no cotidiano escolar ainda se depara com obstáculos significativos.

A pesquisa propriamente dita será pautada em uma metodologia de revisão bibliográfica, que permitirá um levantamento abrangente e uma análise crítica da literatura especializada sobre educação inclusiva. Serão explorados artigos científicos, livros e documentos oficiais que abordem as dimensões teóricas e práticas da inclusão.

A partir dessa análise, almeja-se não apenas diagnosticar as dificuldades, mas também apontar caminhos e soluções que possam fortalecer a educação inclusiva e garantir que cada aluno encontre na escola o espaço de acolhimento e aprendizado que lhe é de direito.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS NA ESCOLA DE HOJE

Os anos 70 representaram a institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola as pessoas com deficiências (GLAT, FERNANDES, 2005). Já a chamada Educação inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.192, de 1975 e, atualmente, já se encontra na sua segunda década de implementação (MRECH, 1998). Por volta da década de 1980 diversas transformações aconteceram no que culminou na implementação

de discussões sobre os direitos sociais, que precederam a Constituinte, até então em construção, as quais enfatizavam reivindicações populares e demandas de grupos ou categorias até então excluídos dos espaços sociais de educação inclusiva. Ferreira e Glat (2003) versam:

Neste movimento, a luta pela ampliação do acesso e da qualidade da educação das pessoas portadoras de deficiência culminou, no início dos anos 90, com a proposta de Educação Inclusiva, hoje amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais a nível federal, estadual e municipal (Ferreira; Glat, 2003, p. 376).

Atualmente, os estudantes com necessidades educacionais especiais têm seus direitos assegurados por legislações importantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente no Capítulo V, Artigo 58, que garante o acesso à educação escolar, preferencialmente, na rede regular de ensino. A LDB destaca que a educação de pessoas com deficiência deve ser oferecida em um contexto inclusivo, dentro das escolas regulares, buscando promover a igualdade de oportunidades e combater atitudes discriminatórias. Essa abordagem não apenas reforça a necessidade de uma educação acessível para todos, mas também é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade é respeitada e valorizada. A implementação dessa legislação visa garantir que as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como elementos enriquecedores da experiência educativa, promovendo uma educação que realmente seja para todos.

Conforme a LDB nº9394/96, capítulo V, artigo 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

No que diz respeito aos marcos históricos da Educação Especial no Brasil, é possível perceber que já houve um significativo avanço na inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Ao longo das décadas, políticas públicas têm sido implementadas, criando espaços e oportunidades para que essas pessoas participem de maneira mais ativa e equitativa nos processos educacionais e sociais. No entanto, é fundamental que se continue a assegurar a ampliação dessas políticas, e não sua redução, para que os direitos conquistados não sejam desfeitos. Isso requer um compromisso contínuo com a evolução da legislação e das práticas pedagógicas, acompanhando as mudanças nas necessidades da sociedade e assegurando que todos, independentemente de suas limitações, tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento. O progresso no campo da educação inclusiva depende de um esforço constante para consolidar e expandir os avanços já alcançados, garantindo que a educação seja, de fato, para todos.

Decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedade. (Campos; Martins, 2008, p. 223)

A construção do modelo educacional brasileiro foi inicialmente orientada por uma perspectiva hegemônica, onde predominava a ideia de um estudante padrão, sem a devida valorização das individualidades de cada aluno. Esse modelo não reconhecia as diversas formas de aprendizagem e as diferentes necessidades de cada criança, o que acabou por gerar um sistema educacional exclusivo e muitas vezes excludente. Diante disso, surgiu a necessidade urgente de repensar a educação, implantando uma nova abordagem que fosse mais inclusiva e adaptada às diversidades. Como destaca Neto et al. (2018, p. 82), "uma mudança dos valores da educação tradicional", que implica no desenvolvimento de novas políticas e uma reestruturação profunda do sistema educa-

cional.
Esse novo modelo educacional precisa superar a exclusão e abraçar a diversidade, permitindo que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver. A transformação do sistema educacional, ainda profundamente marcado por um padrão de normalidade, é um passo essencial para que a educação se torne mais inclusiva e equitativa.
No entanto, conforme alerta Nascimento (2014), ainda é preocupante o fato de muitas escolas não assegurarem uma educação de qualidade para todos os alunos, especialmente para aqueles com necessidades especiais. A prática educacional, muitas vezes, continua sendo mais excludente do que inclusiva. Embora existam esforços para implementar as políticas de inclusão, ainda existem barreiras significativas que impedem que essas políticas sejam totalmente efetivas. Esse pensamento é corroborado por Carneiro (2012), que ressalta a continuidade de um sistema educacional que, apesar das mudanças legais e das novas diretrizes, ainda enfrenta desafios para garantir a inclusão real e efetiva de todos os estudantes. A luta por uma educação inclusiva de qualidade continua sendo um desafio, exigindo comprometimento e ação por parte de todas as esferas da sociedade e do governo.

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional (Carneiro, 2012, p. 82).

A inclusão escolar, ao colocar em prática a ideia de que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, têm o direito de participar ativamente da vida escolar e social, demonstra que cada indivíduo possui um valor único e essencial para a comunidade. Como ressaltam Glat e Fernandes (2005), a diversidade e as diferenças presentes no ambiente escolar não apenas enriquecem o processo educativo, mas também contribuem para a formação de uma cultura mais plural e justa. Esse entendimento reforça a necessidade de a escola ser um espaço aberto, que acolha, respeite e valorize as diferentes formas de ser e aprender, reconhecendo essa diversidade como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática e igualitária, conforme Carneiro (2012).
Contudo, o caminho para a inclusão escolar não é simples nem imediato. A implementação de uma educação inclusiva enfrenta desafios consideráveis, principalmente no que diz respeito à desconstrução de valores e preconceitos profundamente enraizados na sociedade. A escola, enquanto espaço de convivência plural, ainda carrega a tendência de buscar a padronização, o que muitas vezes resulta em práticas excludentes. A ideia de encaixar todos os alunos em um modelo único de aprendizado, que não considera as individualidades, ainda é presente em muitos contextos educacionais.
No entanto, se houver um trabalho coletivo e integralizado entre educadores, gestores, famílias e a sociedade, a educação inclusiva tem o potencial de alcançar resultados verdadeiramente satisfatórios. Para isso, é imprescindível o compromisso contínuo com a mudança de práticas pedagógicas, o aprimoramento da formação dos profissionais de educação e a criação de políticas públicas efetivas que garantam a inclusão de todos, promovendo uma educação que respeite e celebre a diversidade.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE

A inclusão escolar é algo complexo e depende não apenas das leis formadas ou reformuladas, mas de profissionais da educação que estejam qualificados nesse processo. Assim, pode-se questionar: Os profissionais da educação estão de fato preparados para desempenhar os seus papéis políticopedagógicos em relação ao aluno que necessita de uma atenção especial e diversificada?

Habitualmente apontam-se inúmeros erros no desempenho dos educadores das diferentes escolas, seja ela, municipais estaduais, federais e até mesmo privadas. Mas procurar realizar projetos ou desenvolver políticas que possibilitem o crescimento de saberes e conhecimentos dos educadores tornase difícil.

Segundo Carvalho (2004), é preciso que o professor reconheça que todos os profissionais da educação necessitam de atualização, pois isso já indica o início do processo que os tira do imobilismo e da acomodação, fazendo com que cada um venha a se interessar buscando assim uma renovação, um crescimento.

Ainda nessa perspectiva segundo o autor citado acima, a formação continuada é uma das estratégias que permite o profissional da educação conhecer e desenvolver novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, na crença da infinita riqueza de potencialidades humanas (tanto do docente como do aluno). Sabe-se que a formação continuada é uma ferramenta que possibilita o educador adquirir novos conhecimentos e saberes para inovar a sua prática pedagógica e esta se tornar rica e bem aplicada, porém não o suficiente. É preciso que haja encontros rotineiros nas escolas de estudos e discussões sobre o fazer pedagógico, envolvendo assim a comunidade escolar. É importante que os educadores valorizem os espaços para discussão, estabelecendo assim nas escolas como uma das atividades sistemáticas previstas no projeto políticopedagógico.

No entanto, observa-se a falta de um espírito pesquisador nos docentes e, como diz Paulo Freire (2015, p. 30) "ensinar exige pesquisa, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino". Saber pesquisar é uma das exigências para que qualquer educador desenvolva com habilidade sua função. O professor que não pesquisa, não aprende e consequentemente não estará apto a aplicar seus ensinamentos. Salienta-se que, se o educador não se dispor a pesquisar, a buscar novos caminhos para serem explorados e assim desenvolver com qualidade o seu papel de educador, tornar-se mais complicado a questão da inclusão.

O educador precisa estar atento às mudanças que vem ocorrendo na sociedade para que a sua missão seja satisfatória no âmbito escolar e assim a inclusão educacional ser realizada com sucesso. Além disso, deve contextualizar os projetos pedagógicos com a realidade dos alunos com os quais tem trabalhado para que o seu objetivo e meta sejam alcançados em sala de aula, cumprindo assim também o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), ao afirmar que o ensino deve ser contextualizado.

A inclusão escolar não pode apenas se limitar ao fato de trazer alunos com deficiências para dentro de uma sala de aula e ali aplicar o seu ensinamento e esperar com que ele assimile tudo muito bem.

Carvalho relata o seguinte sobre essa questão:

> Muito mais do que demonstrar a educação especial e distribuir seu alunado pelo ensino regular, aleatoriamente, a proposta inclusiva deve ser entendida como um processo que não se reduz à inserção deste ou daquele aluno numa classe do ensino regular (muitas vezes à revelia do professor!). Inclusão é processo, não ocorre por decreto ou por modismo (Carvalho, 2004, p. 160).

Como Carvalho diz, para incluir (inserir, colocar em) um aluno com características diferenciadas em uma turma dita comum, há necessidades de se criar mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura. Isso de fato é uma tarefa árdua, complexa, porém, fundamental, imprescindível e possível de se realizar.

Quando se busca o conceito de inclusão ou se pensa em inclusão é certo que virão às mentes a questão do incluir, inserir, isto é, fazer com que algo pertença a algum lugar ou a alguém.

Segundo Mittler (2003), a inclusão escolar é justamente isso, é o ato de inserir indivíduos com deficiências no ambiente escolar. Educando esses que por algum problema genético ou adquirido tem certas limitações físicas

ou metais, mas que precisam se desenvolver em todos os aspectos, a saber: físico, intelectual, psíquico e social. Entende-se então que a escola exerce esse papel.
Através de pesquisas em teóricos como Carvalho, observou-se que a inclusão exige uma transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades. A inclusão exige rupturas. No sistema educacional da inclusão cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola (Carvalho, 2004).
De acordo com Mittler (2003), as Políticas Públicas têm motivado as escolas a incluírem alunos com deficiências em sala de aula, mas existem problemas, como por exemplo, despreparo dos professores, os alunos diferentes em certos casos não aceitam o que são, e os próprios alunos ditos normais que olham de forma diferente.
Para que haja uma aceitação de ambas as partes tanto do educador como do aluno, é fundamental que haja uma preparação para que a criança com necessidades seja bem acolhida sem constrangimentos.
A inclusão escolar é algo discutida em todo o mundo e não só no Brasil, a Assembleia Geral da Organização das Nações tais como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Jomtien (1990), Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993), Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala (1999).
No entanto, de acordo com Paraná (2000), a educação inclusiva não é tarefa fácil de resolver na prática, embora educadores, familiares e comunidade em geral busquem a escola de melhor qualidade para todos. Inúmeras e complexas são as condições que fornecem a proposta inclusiva. Autores nacionais e internacionais que se dedicam ao estudo da inclusão reconhecem que muitos são os obstáculos existentes. Diante deles, ou assumimos uma postura de negação e fuga, deixando de enfrentá-los, ou encará-los como desafios a serem superados, para o que se fazem necessárias algumas ações de enfrentamento. Tais ações disfarçam na crença do potencial humano e na vontade política de "fazer acontecer".
A nação brasileira necessita avançar na batalha de uma educação mais inclusiva, dando assim a oportunidade para todos os indivíduos a frequentar uma sala de aula e assim se desenvolver para fazer parte da sociedade como um cidadão ativo, onde a sua voz possa ser ouvida e seus votos atendidos.
A educação brasileira necessita de bons profissionais que compreendam o verdadeiro sentido e significado de uma educação inclusiva e perceba qual barreira precisa ser vencida para a inclusão.
Mantoan (2004) diz que:

[...] temos que reverter à situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos às deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas [...] Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os especializados, e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais (Mantoan 2004, p. 28)

Cada educador precisa de treinamentos para desenvolver eficazmente o seu papel como professor. Não se pode culpar aos alunos do fracasso, é preciso estar de mente aberta para poder reconhecer qual o limite de cada um e assim buscar crescer naquilo que deve fazer que e é justamente ensinar.
Luta-se pela inclusão, porém ainda em pleno século XXI são presenciados fatos e vivências que demonstram altamente o processo de exclusão, isso porque ainda há resistências para a mudança, para o novo.
É preciso tornar a inclusão realidade no Brasil, fazendo com que a Constituição Federativa do Brasil, Leis e Decretos sejam de fato algo coerente com seus discursos.
Segundo Mittler (2003), para que a inclusão se torne possível, a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os implicados no processo educativo e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.
De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Edu-

cação Básica, diz o seguinte quanto à inclusão e a formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (Brasil, 2001, p. 25-26).

A formação do docente que atua na educação especial e inclusiva é imprescindível. O aluno com necessidades educacionais especiais precisa de recursos e metodologias que sejam eficazes no processo de aprendizagem. Para isso, faz-se necessário a busca de novos saberes referentes as especificidade do aluno com deficiências. Outro fator importante a ser observado de acordo com Monteiro e Castro (1997), é a educação escolar não segregar, ou seja, não separar os alunos pela sua incapacidade de aprender ou de conviver. Os teóricos ressaltam que, ao evitar essa situação, há ganhos consideráveis na formação do educando seja este sem deficiências ou aqueles com deficiências.
Segundo Miranda e Galvão (2012), com a educação inclusiva, o combate à segregação entre alunos diferentes entre si é efetivo, ainda que comporte resistências, é preciso combater o preconceito que tendem acontecer. Porém, salienta-se que, a convivência entre alunos com características diversas não significa, no entanto, a ausência de preconceito e suas formas de manifestação, por isso, em todo o tempo é preciso alertas quanto a prática preconceituosa para com alunos com deficiências.

A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – LBI

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei Nº 13.146, aprovada em 6 de julho de 2015, após um bom tempo de intenso debate no Congresso Nacional, atesta o compromisso com o que está estabelecido na Convenção, adotando a definição de deficiência dentro da perspectiva social (Silva; Garcez, 2019).
Nesse sentido, observou-se que a definição de pessoa com deficiência foi adotada na íntegra, exatamente como está escrita na Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (CDPD).
Lembrando que o CDPD é um documento onde está sintetizada a pauta das demandas em relação a essa parcela da população, sendo considerado o marco fundamental de lutas desse segmento, a começar pela definição de deficiência nele estabelecida, declarando que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2011, p. 26).

A educação inclusiva deve acontecer justamente para atender às necessidades dessas pessoas. A escola deve ser preparada, adequada para acolher e atender alunos com deficiências, cumprindo assim o seu papel social que é o preparo do mesmo para o seu convívio na sociedade, assim como o preparo para o mundo do trabalho.
Logo, afirma-se que a LBI é uma Lei bastante detalhada, cobrindo diversos aspectos como direito à educação, saúde, benefícios como aposentadoria, entre outros, tal qual a CDPD (Silva; Garcez, 2019).
Vale ressaltar que, de acordo com a LBI (2015), o acesso ao serviço de reabilitação está fortemente relacionado à capacidade de acolhimento e resposta às necessidades das pessoas atendidas. Isto requer análise e definição do perfil epidemiológico dos territórios, dos recursos disponíveis e de processos de educação permanente das equipes de saúde para que os resultados do cuidado ofertado possam gerar melhor qualidade de vida e o maior grau de autonomia possível à saúde da pessoa com deficiência.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva, embora tão discutida tem seus entraves, porém, percebe-se avanços. As pessoas com deficiência têm conquistado muito em todas as áreas, seja

esta social, educacional, trabalho etc. E estas conquistas se traduzem em respeito aos seus direitos ao longo de um processo histórico que envolveu muitas batalhas, reinvindicações e pressão incansável sobre o Estado brasileiro.

A educação inclusiva nas escolas brasileiras tem dado oportunidade para que pessoas com deficiências se desenvolvam em todos os aspectos, como por exemplo, físico, intelectual, psíquico e social.

Ressaltando ainda que, a inclusão não significa uma mera matrícula, mas sim as devidas possibilidades e acessibilidade que o aluno com necessidades educacionais especial apresentam.

A inclusão requer profissionais aptos, equipados e conscientes do verdadeiro sentido e significado da palavra inclusão. Todos têm direito a educação, sendo assim, faz-se necessário que o professor apresente uma prática pedagógica que se adeque às necessidades do aluno com deficiências.

É preciso que os recursos, o currículo, espaço, preparo profissional estejam alinhados às necessidades do educando com deficiência para que a inclusão seja efetivada.

Enfim, o estudo aqui apresentado ampliou satisfatoriamente os conhecimentos a respeito da educação inclusiva e a necessidade da formação docente para que essa prática seja de fato realidade nas escolas brasileiras e não mera utopia observada apenas nos papeis. Assim, pode-se afirmar categoricamente, que os objetivos que nortearam este estudo foram alcançados de modo satisfatório.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de
Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em julho de 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em junho de 2025.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em junho de 2025.

BRASIL. CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. Revista do ISPV, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008. Disponível em:. Acesso em: junho de 2025.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/124965 Acesso em: junho de 2025.

CARVALHO, Márcia. Concepções do professor sobre dificuldades de aprendizagem. São Paulo, Cortez, 2004.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. (org.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 50 ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. 1. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.
MRECH, L. M.; O que é educação inclusiva. Revista Integração, v. 10, n. 20, p. 37 40, 1998.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO, Teófilo Alves. O professor e a educação inclusiva: formação, política e lugares. EDUFBA, Salvador/Ba, 2012.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Trad. WindyzBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, M. B.; CASTRO, P. Cada cabeça sua sentença. Oeira: Celta, 1997. MUÑOZ, V. El derecho a la educación de las personas con discapacidades. [s.l.]: Consejo, 1997.

NASCIMENTO. L. B. P. A importância da inclusão escolar desde a educação infantil. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia).
Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

NETO, A. O. S.; ÁVILA, É. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K.;
SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92 jan./mar. 2018, Santa Maria. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X24091. Acesso em: junho de 2025.

SILVA, Claudia Lopes da. Educação inclusiva / Claudia Lopes da Silva, Liliane Garcez. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.